

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de manutenção para os equipamentos de relógio ponto, para a Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itajaí, conforme quantidade e especificações técnicas descritas nesse TR.

1.1. Tipo de objeto

- () Aquisição de Bens
- (x) Serviço Comum
- () Serviço de Engenharia comum
- () Serviço de Engenharia especial
- () Obra de engenharia comum
- () Obra de engenharia especial

1.2. Especificações e quantidades

ITEI	DESCRIÇÃO	UNID	QTE	v.unit.	v. total
1	MANUTENÇÃO RELOGIO PONTO Relógio 124302	1	1	R\$ 1.048,00	R\$ 1.048,00
2	MANUTENÇÃO RELOGIO PONTO Relógio 124303	unid	1	R\$ 1.246,50	R\$ 1.246,50
				TOTAL	R\$ 2.294,50

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3.1. O(s) serviço(s) / aquisição do objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. 1. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

(TRATAMENTO EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS)

[SIM]

SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

[SIM]

Em observância às diretrizes para a promoção do desenvolvimento econômico local e o fortalecimento dos pequenos negócios no âmbito do Município, justifica-se a realização do

presente certame de forma **exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI)**, nos termos da Lei Municipal nº 7.785/2025. A referida legislação tem por finalidade fomentar a economia municipal, incentivar a geração de emprego e renda, bem como assegurar a participação efetiva dos pequenos empreendimentos nas contratações públicas. Ao estabelecer a participação exclusiva desses segmentos econômicos, a Administração Pública exerce seu papel de agente indutor do desenvolvimento local sustentável, estimulando a competitividade, a formalização e o fortalecimento dos pequenos negócios.

O objeto desta licitação consiste na **manutenção de dois aparelhos de Relógio Ponto**, equipamentos indispensáveis para o controle de frequência dos servidores públicos municipais. Trata-se de serviço de **baixo valor**, de **baixa complexidade técnica** e com **ampla oferta no mercado local**, características que se enquadram plenamente no escopo do incentivo previsto na Lei Municipal nº 7.785/2025.

Ressalta-se, ainda, que os serviços a serem contratados podem ser executados por micro e pequenas empresas estabelecidas no município ou região, sem prejuízo da qualidade, da eficiência administrativa ou da economicidade da contratação, inexistindo parcelas de maior relevância técnica ou financeira que inviabilizem a participação desses fornecedores.

Dessa forma, a adoção do regime de licitação exclusiva para ME, EPP e MEI revela-se plenamente justificada, atendendo aos princípios da isonomia, da economicidade, da eficiência administrativa e da promoção do desenvolvimento local e regional, em consonância com as diretrizes da Lei Municipal nº 7.785/2025 e com o tratamento diferenciado previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Portanto, a opção pela licitação exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais encontra-se devidamente fundamentada em critérios técnicos, legais e de interesse público, contribuindo para o fortalecimento da economia local e para a ampliação da participação dos pequenos empreendimentos nas compras públicas municipais.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a manutenção dos equipamentos de relógio ponto, utilizado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, ferramenta indispensável para o controle de frequência e gestão da jornada de trabalho dos servidores da Secretaria de Segurança Pública de Itajaí.

O Sistema de Ponto Eletrônico constitui-se em um instrumento essencial para ,garantir a fidedignidade e a transparência dos registros de frequência dos servidores, atender às exigências legais e normativas relacionadas ao controle de jornada, apoiar a Administração Pública na gestão eficiente de recursos humanos, fornecendo relatórios precisos para tomada de decisão, prevenir falhas e inconsistências que poderiam comprometer a legalidade do pagamento de horas extras, adicionais e benefícios vinculados à frequência. Assim, a contratação justifica-se por se tratar de medida que garante a continuidade do serviço público essencial, preserva a economicidade, assegura a conformidade legal e promove a eficiência na gestão administrativa e de pessoal, atendendo plenamente ao interesse público

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação será realizada - **Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021** – dispensa de licitação
O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

4.1.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item 1.2 deste Termo de Referência.

4.2. Serão exigidas amostras?

(X) Não

() Sim

4.3. Será exigida garantia de proposta?

(X) Não

() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica (art. 62, inciso I);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III);

Habilitação jurídica (art. 62, inciso I);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III);

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

1. Qualificação Técnica (Conforme art. 62, inciso II, e art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1 — Comprovação de capacidade operacional, mediante apresentação de comprovante de aptidão em nome do licitante, que demonstre o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, com o objeto desta licitação.

1.2 — O comprovante deverá ser apresentado por meio de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada, contendo obrigatoriamente:

- identificação do emitente;
- descrição dos materiais fornecidos;
- assinatura de pessoa devidamente identificada e habilitada a responder em nome do emitente.

1.3 — O atestado deverá comprovar que a proponente realizou o fornecimento de materiais de sinalização viária com características semelhantes às do objeto deste Edital, em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

1.4 — As exigências técnicas deverão observar os limites previstos no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, vedada a imposição de requisitos excessivos ou desnecessários.

2. Qualificação Econômico-Financeira (Conforme art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021)

O licitante deverá atender às exigências previstas em lei quanto à comprovação de sua capacidade econômico-financeira, observando-se, igualmente, os limites estabelecidos no referido artigo.

Observação Importante

Deve-se observar que a imposição de exigências demasiadas pode restringir a competitividade do certame, em afronta ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, segundo o qual:

“o processo de licitação pública (...) somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução: O objeto deverá ser entregue/prestado em até 05 dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

Possibilidade de prorrogação (art. 107):

6.2. Endereço do local de entrega, identificação da Secretaria/departamento responsável pelo recebimento, e horário:

Secretaria Municipal de Segurança Pública, Galpão da Sinalização Viária - Rua Blumenau, nº 1500, Barra do Rio, Itajaí-SC. Das 07:00h às 18:00h.

Responsável pelo recebimento: Biatriz de Souza

6.3 Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica.

(x) Não

() Sim **Se houver, especificar as condições.**

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;
- e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.2. Obrigações da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. A presente contratação será formalizada por:

- () Contrato administrativo
- () Ata de registro de preços.
- (x) Autorização de Fornecimento.

8.2. Gestão e Fiscalização:

Gestor:

Nome: Ettore Gustavo Stenghele
Cargo: Secretario de Segurança Publica
Matrícula: 2270301
E-mail: seguranca@itajai.sc.gov.br

Fiscal Administrativo:

Nome: Kelvin Raul Klein
Cargo: Diretor Executivo
Matrícula: 1887701
E-mail: kelvin.klein@itajai.sc.gov.br

Fiscal do Contrato

Nome: Marcia Pereira Freitas
Cargo: Operador Estac. Rotativo
Matrícula: 1123901
E-mail: rh.seguranca@itajai.sc.gov.br

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Em tratando de aquisição e/ou serviços será adotada sistemática de medição e pagamento associada ao recebimento definitivo.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria gestora, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

9.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. RECEBIMENTO

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. REPACTUAÇÃO

12.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, conforme disposição contida no artigo 135 da Lei 14.133/2021.

12.2. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

12.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: conforme regulamentado na Lei 14.133/2021 e IN xxx/2026.

14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.294,50 (dois mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), conforme planilha orçamentária.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação:

As despesas correrão a conta da dotação: 108



Órgão/UnidadeOrçamentária	Subação	Natureza	Fonte
15015 -Sec. Mun. Seg. Pública	2.122- Manutenção da Fiscalização de Trânsito	108 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	35 –Convenio SSP/TRÂNSITO

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Kelvin Raul Klein
Diretor Executivo

Ettore Gustavo Stenghele
Secretário Municipal de Segurança Pública